



## **XXI Plenária Nacional**

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)  
13, 14 e 15 de abril – São Paulo (SP)

### **Tese-guia do Plano de Ação**

#### **O Desafio de lutar pela democratização da comunicação em tempos de golpe**

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação é uma articulação das organizações sociais brasileiras que nasceu junto com a retomada democrática do país.

Em seus quase 27 anos de existência formal, até 2016 – mesmo em correlações de forças bastante adversas – o FNDC atuou em ambiente democrático, nos marcos de um Estado Democrático de Direito, em que as instituições funcionavam pautadas por regras democráticas, ainda que assimétricas diante dos diversos grupos sociais.

Em maio de 2016, com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff do exercício da Presidência da República, houve uma mudança nesse paradigma. O golpe midiático-jurídico-parlamentar, que se concretizou pouco depois da realização da última plenária do FNDC, significou uma ruptura democrática para o país e, também, para a atuação do Fórum.

Conforme já descrito na tese de balanço dessa gestão, adequamos a tática do FNDC para atuarmos no contexto de um golpe que atentou contra o Estado Democrático de Direito e abriu o caminho para uma escalada autoritária no país.

Essa nova conjuntura impôs aos movimentos sociais brasileiros um contexto de resistência política. Resistência que não pressupõe defensiva, mas que coloca no centro da ação a denúncia contra as medidas do “desgoverno”, os ataques aos direitos sociais, trabalhistas, à cultura, à comunicação, à desnacionalização e às violações à liberdade de expressão.

Atuar no contexto de um golpe, que aprofunda seu caráter anti-democrático, é algo inédito para o movimento de luta pela democratização da comunicação. Obter vitórias concretas que levem o país a ter uma comunicação mais democrática, só é possível sob um ambiente democrático.

É a luz dessa nova realidade que devemos traçar o Plano de Ação para a gestão 2018-2020 do FNDC. Como definido na plenária passada, o centro da tática do Fórum deve continuar sendo o de, atuando em unidade com outras organizações e articulações do movimento social brasileiro, lutar em defesa da democracia.

Precisamos enfrentar o desafio de combinar de maneira mais dinâmica as denúncias ao desmonte da comunicação pública, às violações à liberdade de expressão, ao papel dos meios hegemônicos de comunicação na concretização do golpe e no avanço de medidas antidemocráticas, de retirada de direitos e ataque da soberania nacional, com propostas efetivas de políticas para o campo da comunicação.

Neste ano, em que as eleições presidenciais serão um momento chave da luta pelo resgate da democracia, atuar de forma pró ativa para pautar propostas efetivas de políticas públicas para democratizar a comunicação, impedir a total privatização e desnacionalização das



Telecomunicações e lutar por políticas de universalização do acesso deve ser uma ação prioritária do FNDC.

Vale dizer, que a instabilidade política que marca a conjuntura do país, terá certamente um ponto de clivagem: o resultado das eleições de 2018. Neste sentido, o FNDC deverá convocar uma reunião do Conselho Deliberativo para o final de 2018 ou início de 2019 para reavaliar e ajustar suas campanhas e ações a partir da conjuntura política que emergirá do resultado eleitoral.

No plano organizativo, um desafio permanente é o de consolidar os comitês do FNDC já existentes e estruturar novos comitês. Fortalecer o Conselho Deliberativo e criar instrumentos para que as entidades que o compõem assumam de forma mais efetiva as tarefas cotidianas do FNDC é fundamental. O mesmo vale para a Executiva, onde ainda é assimétrico o envolvimento das entidades na condução diária do FNDC.

## **PLANO DE AÇÃO 2018/2020**

### **A) ELEIÇÕES 2018**

Construir uma plataforma, com propostas a serem apresentadas aos candidatos, mas que se transforme em instrumento de ação política concreta para o FNDC nacionalmente e nos estados. Promover debates em universidades, escolas, junto aos mais variados movimentos sociais, e inserir essa discussão no processo de construção do Congresso do Povo pode ser uma forma efetiva de ampliar o alcance da agenda da comunicação junto aos movimentos.

Essa plataforma deve se basear em documentos anteriormente aprovados pelo FNDC, como plataformas de políticas públicas de comunicação apresentadas em eleições passadas, nos *20 Pontos para uma Comunicação Democrática*, no *Projeto de Iniciativa Popular da Mídia Democrática* e nas resoluções das plenárias do FNDC.

No entanto, nosso documento deve ser atualizado à luz dos novos desafios no campo da comunicação, e ser condizente com o contexto político, compreendendo que é preciso, sem abrir mão dos nossos objetivos e propostas estruturantes, pontuar medidas que sejam factíveis no contexto de avanço conservador.

### **B) CAMPANHA CALAR JAMAIS!**

Como já dito no documento de balanço, acertamos ao definir como eixo de ação no ano anterior a campanha Calar Jamais!. Devemos manter a campanha em andamento, pelo menos até o final de 2018, para denunciar as violações que certamente vão se aprofundar neste ano eleitoral, a partir do discurso do combate às *Fake News* que unifica os setores conservadores e a mídia hegemônica para restringir a circulação de informação pela internet. Para isso é fundamental renovar a identidade visual da campanha e alinhá-la aos desafios políticos-eleitorais de 2018.

Trabalhar o Relatório da Campanha Calar Jamais!, entregando-o para autoridades, realizando debates sobre o relatório nos estados, e fomentar a elaboração de relatórios estaduais sobre violações à liberdade de expressão, com a organização de audiências públicas e atos sobre o tema.

### **C) DENÚNCIA DOS MONOPÓLIOS DAS COMUNICAÇÕES**



O FNDC tem denunciado – em suas ações, eventos e publicações – os danos que o cenário oligopolizado nos meios de comunicação trazem ao país. Em maio de 2016, fizemos um dia nacional de luta contra o monopólio midiático. Devemos ir além de um ato pontual.

Promover uma campanha de denúncia/conscientização sobre o papel do monopólio privado dos meios de comunicação (radiodifusão, imprensa, telecomunicação) no Brasil, vinculando-a com as propostas que serão apresentadas na plataforma do FNDC para as eleições. Além da denúncia e de forma combina com a plataforma eleitoral, devemos levantar a bandeira da criação dos Conselhos Estaduais de Comunicação.

Essa campanha visará traduzir, de maneira sistemática para a população, o papel dos meios de comunicação na conjuntura/crise política nacional, detalhando em artigos a relação da mídia com a agenda geral de desmonte em curso no país. Além de textos informativos e analíticos, desenvolver uma linguagem publicitária com cards, infográficos, trazendo dados comparativos para disseminar o tema de forma ampla.

## **AGENDA PRIORITÁRIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO**

### **1) Comunicação pública**

- Manter as ações de denúncia do desmonte do campo público de radiodifusão;
- Pressionar a Procuradoria Geral da República para ingressar com a Adin contra as mudanças na EBC;
- Os comitês do FNDC devem organizar audiências públicas nos Estados para discutir o fortalecimento da comunicação pública e denunciar tanto o desmonte da EBC quanto das emissoras públicas estaduais (RTV Cultura, Fundação Piratini, TV Pernambuco etc.);
- Lutar pela liberação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, hoje acumulada em R\$ 3 bilhões;
- Denunciar ao MPF o uso dos juros do Fistel pela EBC, recurso que está sendo usado apenas pela Empresa e não está sendo revertido para todo o campo público de comunicação.

### **2) RADIODIFUSÃO**

- Acompanhar e denunciar as irregularidades na expedição e exploração das concessões de rádio e televisão, bem como dos arrendamentos e do controle de emissoras por políticos, visando criar subsídios para os debates das renovações das concessões que vão acontecer em 2022, considerando as mudanças estabelecidas recentemente na legislação pelo governo Temer.
- Denunciar, em conjunto com outras organizações, as violações de Direitos Humanos na mídia;

### **3) RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E MÍDIA ALTERNATIVA**

#### **a) Televisão comunitária**

- Recolocar na pauta o processo de distribuição dos Canais da Cidadania, pressionando para que haja um Plano Nacional de Outorgas (PNO) para estes canais, com garantias de ampla participação social;
- Discutir a ocupação do canal comunitário DTH em audiências públicas;



#### **b) Rádio comunitária**

- Exigir a publicação de um novo PNO para rádios comunitárias em territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária;
- Lutar pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS 629/2011) que inclui o serviço de radiodifusão comunitária entre as atividades passíveis de recebimento de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronatec)

#### **c) Mídia Alternativa**

- Incentivar a constituição de um fundo para financiar as mídias alternativas e livres a partir de projetos de lei já em tramitação no Congresso Nacional;
- Lutar pela descentralização das verbas publicitárias governamentais em âmbito municipal e estadual;

### **4) TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET**

- Combater a privatização da infraestrutura das telecomunicações e as mudanças propostas pelo governo Temer na Lei Geral de Telecomunicações;(contra a aprovação do PLC 79/16)
- Denunciar o modelo de gestão e a privatização do novo satélite geoestacionário;
- Defender o caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet e a importância das políticas de participação popular no CGI;
- Defender a aprovação da Lei de Proteção de Dados Pessoais;
- Combater as violações da privacidade e vigilância em massa na internet, praticadas tanto pelas empresas quanto pelo Estado brasileiro.

### **5) ORGANIZAÇÃO**

Se quisermos de fato ampliar a luta pela democratização da comunicação, é preciso construir uma militância em torno desta agenda. Isso só se faz promovendo ação política regular nos comitês, que são de fato o pólo de mobilização social. Envolver de forma ativa as entidades filiadas (nos estados e nacionalmente) na construção cotidiana do Fórum, de sua elaboração política e na realização de suas atividades, além de atrair novas entidades e ativistas para participar.

Impulsionar a campanha “*O FNDC precisa do seu apoio, fortaleça a luta pela democratização da comunicação*” como instrumento de novas filiações, de regularização das entidades e, também, de arrecadação financeira. A situação do Fórum é bastante crítica no campo financeiro, e precisamos recuperar o equilíbrio financeiro, indispensável inclusive para encaminhar as tarefas políticas e organizativas aprovadas nesta plenária.

#### **a) Comitês Estaduais e regionais**

Os comitês estaduais e regionais do FNDC devem ser espaços abertos, coletivos e colaborativos, mas com um mínimo de organização funcional. Cada estado deve moldar a estrutura e organização do comitê de acordo com sua realidade, respeitando as diretrizes estatutárias, e sempre visando a mais ampla participação e a unidade do movimento.

Buscar reproduzir nos Estados as campanhas nacionais do FNDC, adequando-as à realidade local e definir agendas locais específicas para dar dinamismo às ações dos comitês. Manter regularidade nas reuniões e fazer chamados abertos, não apenas para as entidades e ativistas filiados.



Participar nos estados das articulações do movimento social – comitês da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo – e outras iniciativas locais para, inclusive, levar a agenda da comunicação para estes espaços políticos.

Estimular os Comitês de enviarem mensalmente as ações e tarefas desenvolvidas localmente para que elas sejam divulgadas nos canais de comunicação do FNDC.

### **b) Conselho Deliberativo**

O Conselho Deliberativo precisa ser o centro político do FNDC entre as suas plenárias. As dificuldades financeiras e também a baixa compreensão política das entidades sobre o papel do Conselho têm sido obstáculos para que o CD cumpra esse papel.

É preciso inovar e buscar formas dinâmicas e criativas de envolver as entidades e comitês integrantes do CD no dia a dia do Fórum.

- Criar Grupos de Trabalho temáticos que envolvam as entidades do CD;
- Realizar um curso de formação a distância com as entidades integrantes do Conselho Deliberativo para que todos possam ter um conhecimento básico das principais agenda do FNDC;
- Envolver as entidades/comitês do Conselho Deliberativo pontualmente em pelo menos uma tarefa para a concretização do Plano de Ação aprovado na plenária;
- Realizar reuniões virtuais do Conselho Deliberativo com maior frequência para buscar dar mais dinamismo ao envolvimento das entidade.

### **c) Executiva do FNDC**

A Executiva do FNDC é composta por 7 entidades nacionais. As entidades filiadas ao FNDC são eleitas para cumprir um mandato na Executiva e para tal, indicam um representante.

É preciso ter bastante claro que o mandato é da entidade. Neste sentido, as assimetrias que temos vivenciado no envolvimento dos integrantes da Executiva na construção cotidiana do FNDC deve ser vista como uma responsabilidade da organização.

Neste sentido, um dos caminhos para garantir um mínimo de compromisso das entidades com a Executiva do FNDC é fazer uma discussão sobre o Fórum, seu papel e sua dinâmica com as organizações. Temos que compreender o FNDC como um espaço coletivo e não de indivíduos.

- Realizar uma reunião ampliada da Executiva do FNDC com outros integrantes das Executivas das entidades nacionais que a compõem.
- Na medida das possibilidades financeiras e técnicas, fazer transmissão ao vivo das reuniões presenciais da Executiva
- Disponibilizar para as entidades nacionais e comitês do FNDC, a cada reunião, o nome dos responsáveis da Executiva pelas tarefas e ações definidas, como forma de dar mais transparência e agilidade ao trabalho tanto da Executiva, quanto das entidades e Comitês.